

# CAPÍTULO 5

## *Por que não nada?*

Earl Conee

### Introdução

Suponha que encontra *pickles* na sua sopa de batata. O leitor pergunta, indignado: «Por que razão há *pickles* na minha sopa de batata?». Dizem-lhe que o Morgado os colocou lá quando preparou a sopa. Fê-lo porque o velho Bertoldo lhe disse, por brincadeira, que o leitor gostava de *pickles* na sopa de batata.

Pode continuar insatisfeito, mas a presença dos *pickles* está explicada. Não é uma explicação exaustiva. Toma muito por garantido. Não explica o desejo do Bertoldo lhe pregar uma partida ou a habilidade do Morgado para fazer sopa. Mais importante, não explica a existência do Morgado, nem do Bertoldo nem dos *pickles*. Uma explicação mais exaustiva explicaria estas coisas. Também tomaria muito por garantido, contudo, provavelmente incluindo algumas condições de fundo e princípios gerais da Psicologia e da Biologia.

A estrutura explicativa deste exemplo parece perfeitamente típica. Plausivelmente, qualquer resposta para qualquer questão tem de tomar algo como garantido. As explicações usam certas coisas para explicar outras.

Mas então surge a seguinte pergunta metafísica, na qual não parece aceitável dar seja o que for por garantido. Além disso, parece a pergunta mais básica que é possível imaginar:

*P*: Por que razão há algo em vez de nada?

*P* pergunta por que razão existe algo, de todo em todo. Qualquer resposta a *P* que se baseie em alguma coisa parece estar imediatamente excluída. Seja qual for a base para a resposta, *P* pede desde logo uma explicação do porquê de essa base existir. Contudo, como pode uma resposta ser boa se não se basear em coisa alguma?

## Qual é a Pergunta?

Devemos assegurar-nos de que estamos perante uma pergunta metafísica. Devemos pôr de lado questões científicas relacionadas. Segundo a ciência estabelecida, o universo emergiu de uma explosão, o *Big Bang*. Se assim foi, então uma pergunta que podemos fazer é a seguinte:

*PBB*: O que explica o *Big Bang* — por que razão aconteceu?

Não há resposta científica estabelecida para PBB. Mas é uma pergunta científica. Uma resposta possível seria uma explicação causal típica para o *Big Bang*. Tal explicação identificaria um ou mais acontecimentos e condições que fizeram o *Big Bang* acontecer de acordo com leis da natureza. Ou uma resposta poderia usar simplesmente as leis da natureza. Poderia descobrir-se que uma ou mais leis da natureza básicas implicam que o *Big Bang* era inevitável, ou que era mais ou menos provável.

Em todo o caso, com um pouco mais de raciocínio veremos que P definitivamente não pede uma explicação do *Big Bang* que cite causas ou leis. Na verdade, a questão principal que P parece estar a colocar afigura-se em absoluto sem resposta.

De modo a clarificar a pergunta metafísica, consideremos a realidade alternativa mais minimalista que podemos especificar. Esta é uma realidade absolutamente vazia — nenhum objecto material, nenhuma dimensão de espaço ou tempo, simplesmente nada. E por «nada» queremos realmente dizer nada! A nossa realidade maximamente mínima não inclui quaisquer objectos ou dimensões; não inclui quaisquer leis da natureza ou tendências. É vazia em todos os sentidos. Chamemos-lhe «W».

Esta W parece ao menos ter sido uma alternativa possível à situação actual. Uma questão que P pode colocar é a seguinte:

*PM*: Por que razão é a realidade algo mais do que W?

Se PM é a pergunta de P, então as respostas científicas à questão do *Big Bang* — em termos de causas ou leis — parecem excluídas. Essas respostas dizem-nos por que razão algo aconteceu, nomeadamente, o *Big Bang*, sustentando-se pelo menos noutra coisa que explica a sua ocorrência, como uma causa ou uma lei. Mas PM pergunta pela existência das outras coisas também, uma vez que W não inclui qualquer delas. PM pergunta por que razão existe algo de qualquer tipo que seja. Assim, parece que uma resposta a esta questão não pode tomar por garantido a existência de tipo algum de

coisa, nem sequer de uma lei da natureza. Todas as respostas disponíveis na ciência parecem tomar por garantido pelo menos uma de tais entidades sem explicar por que razão existe.

### **Compreendemos a Pergunta?**

Compreendemos realmente PM? Afinal, não temos qualquer familiaridade com o fenómeno de não existir coisa alguma. Na verdade, chamar-lhe um «fenómeno» é uma asserção excessiva. O nada é a ausência total de fenómenos, e tudo o mais. A mente fica perplexa.

Pensando melhor, contudo, a mente não permanece perplexa. Começemos pela palavra «nada». Uma realidade na qual nada existe é apenas uma realidade na qual nada está — nenhuma coisa de qualquer tipo. Entendemos a ideia. Não a podemos *imaginar*. Um silencioso vácuo inane é o mais próximo a que conseguimos chegar, e isso não é o nada. É uma região espacial sem som, luz ou matéria. Isso é algo. Mas compreender o tópico de uma questão não implica que sejamos capazes de imaginar esse tópico. Por exemplo, podemos compreender questões relativas à perplexidade. Temos uma ideia clara do que é a perplexidade. Contudo, não temos qualquer imagem mental da perplexidade. Podemos imaginar, digamos, a Amanda perplexa. Mas isso é apenas uma imagem da Amanda exibindo sinais típicos de perplexidade. Não é uma imagem do próprio estado psicológico de perplexidade. De igual modo, temos algum entendimento do que seja a possibilidade. Podemos imaginar coisas possíveis específicas, mas não a sua possibilidade. No entanto, não temos qualquer problema em compreender os tópicos da perplexidade e da possibilidade suficientemente bem para compreender perguntas acerca destes tópicos. Assim, se há um problema em compreender o que PM pede, não é por não podermos imaginar o que seja.

Mais positivamente, eis uma razão para pensar que compreendemos a pergunta. Compreendemos cada palavra de PM. A expressão «por que razão» é a mais susceptível de nos causar dificuldades. Isto não sucede por termos ficado bloqueados. Simplesmente não as vemos com toda a clareza. O «por que razão» pede explicação. As explicações diferem. A pergunta não especifica que tipo de explicação se pretende. Em todo o caso, vemos que pede uma explicação. Isto basta para que a pergunta tenha sentido. Além de compreender as palavras de PM separadamente, também vemos como se relacionam gramaticalmente. Podemos juntá-las e apreender a coisa no seu todo.

Podemos exhibir a nossa compreensão reformulando PM com cinco palavras simples: Por que razão existe algo? Compreendemos de facto a pergunta.

Dizer que compreendemos uma pergunta não é sugerir que é fácil de investigar, muito menos de responder. No caso de PM, nem sequer é fácil dizer o que serviria como resposta. Na verdade, responder a PM parece desesperante, pelo menos à primeira vista. Como poderia haver uma explicação que não assenta em coisa alguma?

### **Necessitarismo**

Talvez todas as explicações se baseiem em alguma coisa. De acordo com uma importante tradição acerca deste tópico, contudo, tal facto não nos impede de resolver o problema colocado por P. A tradição diz que podemos explicar por que razão há algo na realidade possível que efectivamente existe, ao contrário da maximamente vazia W, mostrando que W nem sequer é possível. Podemos compreender por que razão existe algo em vez de nada, vendo que *tem de haver* algo. Mais especificamente, podem mostrar-nos que uma ou mais coisas particulares têm de existir. Estas coisas seriam **seres necessários**, isto é, seres que existem em todas e em quaisquer situações possíveis. Ao vermos por que razão existem um ou mais seres necessários, compreendemos por que razão há de facto algo. Compreendemos que isso é afinal inevitável.

Suponha-se que também vemos que cada coisa em que nos baseamos para estabelecer a existência de um ser necessário é, em si, um ser necessário. Se sim, então não temos de nos preocupar com o facto de nos basearmos em coisas para explicar coisas. Se podemos realmente ver que essas coisas são inevitáveis, então deixamos de ter qualquer razão para perguntar por que existem de facto.

Esta abordagem necessitarista parece promissora pela forma, mas é duvidosa na substância. Se for correcta, então cometemos um erro quando pensamos que W, a realidade totalmente desprovida de coisas, é uma possibilidade. No entanto, o que seria exactamente impossível em W? Apenas o faltar-lhe objectos? Mas como poderia tal ser impossível? A vacuidade temporária de uma região espacial é possível. Se aceitarmos isto, parece não haver limite máximo relativamente a quanto espaço pode estar vazio nem por quanto tempo. Então por que não uma realidade vazia? Será W impossível porque lhe faltam leis da natureza? Mas o que poderia ser inevitável nas leis da natureza? Algumas coisas poderiam ter ocorrido segundo o acaso e não segundo uma

lei. Por que razão não poderia a realidade ser inteiramente desprovida de leis? E se alguma realidade possível com objectos e acontecimentos é desprovida de leis, então por que razão teria de haver leis da natureza se não haveria objectos? Mais uma vez, o que é assim tão impossível em W?

### **Necessitarismo Divino**

Os necessitaristas têm respostas para estas questões. Neste ponto, há uma divisão fundamental nas abordagens necessitaristas entre necessitaristas teológicos e não teológicos. De acordo com uma perspectiva teológica central, Deus é um ser necessário. Deus existiria em quaisquer circunstâncias possíveis. Portanto, não poderia nada ter havido.

Devemos reparar numa dúvida inicial quanto ao necessitarismo divino. Está sujeito a um problema de possibilidades perdidas. Estamos a falar do Deus tradicional. Deus tem de ser o criador do universo, onisciente, onipotente, perfeitamente afectuoso e benevolente. Algumas possibilidades óbvias desaparecem quando perguntamos que tipo de realidade tal ser permitiria existir. Por exemplo, parece claro existirem alguns males que Deus não permitiria — talvez a existência de sofrimento sem razão, ou a existência de aviltamento humano injustificado. Assim, se o Deus tradicional é um ser necessário, tais males não são possíveis. A aparência de que o mal é sequer possível seria uma ilusão. No entanto, podemos explicitar tão detalhadamente quanto quisermos como as coisas são numa realidade que inclua tais males mas não Deus. Deixar Deus fora da situação não parece torná-la uma impossibilidade. Assim, a sua impossibilidade é duvidosa.

E isto não é tudo. Permitiria Deus uma realidade na qual não existisse vida senciente? Provavelmente não. Provavelmente, um ser perfeitamente afectuoso e benevolente desejaria partilhar a existência com criaturas sencientes, e permitir-lhes terem vidas boas. Um ser onipotente seria capaz de criar seres sencientes prospectivos. Assim, nenhuma realidade possível os excluiria, se Deus existe necessariamente. Assim, muitas mais possibilidades aparentes se mostrariam meramente aparentes.

Repare-se que não é a *existência* de Deus que causa esta dificuldade. Pode ser que Deus exista realmente. Desde que Deus não seja um ser necessário, as possibilidades inúteis e repugnantes não têm de ser permitidas por Deus de modo a serem possíveis.

Pode ser que Deus não esteja presente nessas realidades alternativas para impedir essas coisas míseras e injustificáveis. É a suposição de um Deus *necessário* que dá lugar ao problema das possibilidades perdidas. Essa é a suposição verdadeiramente interessante para nós, contudo, uma vez que implica não ser possível nada ter havido.

O problema agrava-se. Aparentemente, qualquer falha ou defeito de algum tipo teria sido evitável, sem custo final, por quem tivesse suficiente conhecimento e poder. Um ser dotado de amor sem limites, poder e benevolência evitaria todos os defeitos. Assim parece que onde quer que um tal ser existisse, o mundo seria totalmente desprovido de defeitos. E o mesmo se pode dizer de qualquer outra imperfeição — seria banida. Sendo assim, então só a perfeição é ainda possível, se Deus for necessário. No entanto, isto parece excluir praticamente todas as possibilidades! Quase tudo o que de outro modo teríamos pensado que era possível é menos do que perfeito. Tudo isso se tornaria impossível. Espantoso! Assim, parece haver um elevado preço em credibilidade a pagar por pensar que Deus é um ser necessário. Então, porquê pensá-lo?

### **Argumentos Ontológicos a favor de um Ser Necessário**

Vejamus um tipo de argumento clássico sobre um Deus necessário, um argumento ontológico.<sup>1</sup> A nossa versão inicial terá duas fases. O primeiro pressuposto da primeira fase é a afirmação de que o conceito de Deus é o conceito de um ser maximamente perfeito. Se este não é o seu conceito de Deus, não é relevante para o que nos ocupa. Procuramos um ser necessário de modo a responder à questão presente. Se o ser necessário por acaso corresponder ao seu conceito de Deus, ou de outro modo servir como Deus, esse é um facto adicional interessante e importante. Mas na verdade não é essencial para o que nos interessa agora.<sup>2</sup> Nem sequer usaremos o termo «Deus» na nossa formulação do argumento. O presente argumento pretende estabelecer a existência de um ser necessário recorrendo ao conceito do ser mais perfeito. Podemos inspeccionar os méritos deste raciocínio, seja qual for afinal a relação entre o ser mais perfeito e as nossas considerações sobre Deus.

<sup>1</sup> Os argumentos ontológicos deste capítulo procuram provar a existência necessária de um ser tradicionalmente identificado com Deus. O argumento ontológico do capítulo «Deus» procura provar a existência efectiva de Deus. Ambas as versões discutidas neste capítulo derivam principalmente das exposições do argumento por René Descartes nas suas *Meditações* e

*Respostas a Caterus*, embora não pretendam ser, fundamentalmente, interpretações historicamente fiéis do seu raciocínio. A primeira versão deve-se na maior parte às *Meditações*.

<sup>2</sup> A ênfase está invertida no capítulo «Deus».

Começemos com um esboço preliminar do argumento. É acerca de um conceito. Os **conceitos** são as nossas ideias; são os nossos modos de pensar nas coisas. A primeira suposição da nossa primeira versão do argumento afirma a existência de um conceito particular. Diz que há o conceito de algo maximamente perfeito. A outra suposição da primeira fase do argumento é que é impossível a qualquer coisa ser maximamente perfeita sem existir. Apoiando-se nestas suposições, a primeira fase conclui que algo que é maximamente perfeito existe.

A segunda fase do argumento acrescenta a terceira e última premissa. Aqui entra a existência necessária. A última suposição afirma que a existência necessária está implícita na máxima perfeição. Usando esta suposição em conjunto com a conclusão da primeira fase, o argumento extrai a conclusão final: algo maximamente perfeito existe necessariamente (!).

Eis a síntese de tudo isto:

### *Primeiro Argumento Ontológico*

#### *Fase 1*

*Premissa 1:* Existe o conceito de algo maximamente perfeito.

*Premissa 2:* Algo maximamente perfeito tem de existir.

*Conclusão 1:* Existe algo maximamente perfeito.

#### *Fase 2*

*Conclusão 1:* Existe algo maximamente perfeito.

*Premissa 3:* O que é maximamente perfeito existe necessariamente.

*Conclusão 2:* Existe necessariamente algo maximamente perfeito.

Se este argumento estiver correcto, então a nossa hipotética realidade alternativa W inteiramente vazia revela-se impossível. Um ser perfeito tem de existir, dê por onde der.

Este argumento tem pontos fortes. Inicialmente, a Premissa1 («P1» para abreviar) parece segura. Temos pelo menos aquele *conceito*, não temos? Bom, veremos...

Entretanto, o que P2 declara parece ainda mais seguro. Não tem uma coisa de existir, de modo a ser maximamente perfeita? Afinal, não tem uma coisa de existir, simplesmente para ser muito boa, ou medíocre, ou mesmo má, quanto mais para ser perfeita? Na verdade, isto foi objecto de dúvida. Por exemplo, não é um facto que o Pai Natal é um sujeito muito simpático, distribuindo anualmente todos aqueles presentes? No entanto, o Pai Natal não existe. Pelo que não é preciso existir para se ser bom.

Pensando melhor, porém, tal raciocínio parece defeituoso. Não é realmente verdade que o Pai Natal seja bom, sem mais. E isto não se deve a qualquer escandalosa verdade escondida em virtude da qual o Pai Natal seja mau. Simplesmente nenhum Pai Natal existe de modo a ter uma qualidade — boa, má ou qualquer outra. Ao invés, o facto é simplesmente que, *de acordo com os contos populares sobre o Pai Natal*, o Pai Natal é bom. Deste facto não resulta que o Pai Natal seja verdadeiramente bom, tal como dele não resulta que o Pai Natal existe.

De qualquer modo, P2 é defensável mesmo que uma personagem ficcional consiga ser boa sem existir. P2 diz que para ser *maximamente* perfeita, uma coisa tem de existir. Talvez coisas irreais como o Pai Natal possam ser boas, talvez até perfeitas em alguns sentidos. Desde que o patamar superior da perfeição esteja reservado a coisas existentes, isso é tudo o que a segunda premissa diz. E é plausível. Coisas irreais, por mais gloriosas que sejam à sua maneira, são porém etéreas e inconsequentes em comparação com qualquer coisa grandiosa que exista de facto.

P3 é também plausível. É fácil acreditar que a existência necessária é de algum modo melhor que a existência contingente. A existência necessária é definitivamente mais impressionante. Talvez isto se deva a que a existência necessária tem um tipo especial de perfeição não partilhado pela existência contingente.

Mas reconsideremos a premissa inicial, P1, que afirma haver um conceito de algo que é maximamente perfeito. Mais uma vez, isto parece à partida indubitável. Basta-nos consultar o nosso inventário de conceitos e, seguramente, temos o conceito de algo maximamente perfeito. Será que isso não estabelece a existência de um conceito de algo maximamente perfeito?

Sim e não. O significado de P1 depende do modo como entendemos a palavra ambígua «de» na sua articulação. Eis um caso análogo com a mesma ambiguidade. Suponhamos que digo «Há um quadro de um animal na minha parede». Esta frase é ambígua — o que digo pode ser verdadeiro em dois sentidos drasticamente diferentes. Primeiro, pode dizer-se que um quadro é «de» um animal, porque é uma imagem de um

animal em particular, digamos, um certo alce que o artista viu. Usando «de» neste sentido, a nossa afirmação atribui uma relação entre duas coisas existentes: a tela na minha parede e aquele alce. A afirmação diz que um representa o outro através da tinta.

Mas, de igual modo, pode ser que eu tenha um quadro «de» um animal porque tenho na parede um quadro que representa um animal mítico, digamos, um hipogrifo. Continua a chamar-se correctamente um quadro «de» um animal, mas agora num sentido diferente. Os hipogrifos não existem. Nenhum animal real foi pintado. O novo sentido é o de que seria preciso um certo tipo de animal para que o quadro representasse algo real. Com efeito, o quadro especifica como teria de ser uma parte do mundo para que o quadro tivesse correspondência com a vida. Seria necessária a existência de um hipogrifo para que o quadro fosse uma representação fiel de algo. Quando um quadro requer um animal neste sentido — de modo a ter correspondência na vida — o que se chama quadro «de» um animal é outra coisa.

O mesmo se passa com os conceitos. O leitor não tem o conceito «de» uma coisa maximamente perfeita, tomando «de» no primeiro sentido, a menos que tenha uma relação com algo existente pelo facto de a conceber como maximamente perfeita. Ambos têm de existir e o leitor tem de ter uma relação conceptual com ela. Ao invés, tem o conceito «de» algo maximamente perfeito, tomando «de» no segundo sentido, se tiver um conceito que se aplica a algo apenas no caso de esse algo ser maximamente perfeito. O conceito especifica um critério. Pede a perfeição no mais alto grau. A menos que tal nível de perfeição esteja presente, o conceito não se aplica. Mas o conceito pode existir e estipular a perfeição máxima de modo a ter aplicação, sem estar de facto a ser aplicado. Continuamos a dizer que é o conceito «de» algo maximamente perfeito. Dizemos isto querendo dizer que o conceito requer a máxima perfeição para que possa ser aplicado, tal como algo pode ser um quadro «de» um hipogrifo, porque o quadro requer um hipogrifo real de modo a ser uma representação fiel.

Munidos desta distinção, podemos interpretar P1. P1 diz que existe o conceito «de» algo maximamente perfeito. Será verdade? Bem, se tomarmos «de» no segundo sentido, então existe tal conceito. Temos a ideia do que é ser maximamente perfeito. Pelo menos, temos esta ideia em abstracto, por muito inseguros que estejamos acerca dos pormenores do que constitui o mais alto grau da perfeição. Temos a ideia de algo ter o que quer que se exige para ser maximamente perfeito. Pelo que temos de concordar que este conceito existe. Interpretada deste modo, P1 é verdadeira.

Mas agora surgem dificuldades para o argumento. Quando combinamos esta

interpretação de P1 com P2, não se segue a conclusão da primeira fase. P2 diz: o que *é* maximamente perfeito tem de existir. Portanto, de modo a P2 contribuir para o seguimento da conclusão da primeira fase, nomeadamente, que um ser maximamente perfeito existe, P2 tem de funcionar em conjunto com uma afirmação de que algo *é* maximamente perfeito. Contudo, P1 não diz que algo *é* maximamente perfeito. P1 diz apenas que existe um conceito que tem a máxima perfeição como critério para a sua aplicação. De P1 não resulta que este critério seja satisfeito. Assim, quando compreendemos o «de» em P1 neste sentido, a Fase 1 do argumento fracassa.

Compreender o «de» em P1 no outro sentido resulta num avanço considerável. A conclusão da primeira fase segue-se agora. P1 agora diz tudo isto: existe um conceito e existe algo, ambos se relacionam de tal modo que o primeiro *é* um conceito do segundo, e o segundo *é* maximamente perfeito. Agora de P1 resulta que algo *é* maximamente perfeito. Assim, quando P2 diz que algo que seja maximamente perfeito tem de existir, segue-se que algo maximamente perfeito existe de facto, como afirma a conclusão.

Tomando P1 neste sentido, com «de» relacionando um conceito com algo existente, porquê acreditar nela? Só isto *é* claro: há um conceito que se aplica a algo maximamente perfeito, *se é que tem aplicação*. Quando P1 dizia *apenas* isto, contudo, éramos confrontados com a outra interpretação e a sua dificuldade. O argumento precisa que P1 exija algo além disso. Precisa que P1 estipule a existência de algo a que o conceito da máxima perfeição *de facto* se aplique. Então *nós* precisamos de uma boa resposta à pergunta: porquê acreditar que tem aplicação? Se já soubéssemos que um ser maximamente perfeito existe, poderíamos usar esse conhecimento para justificar a afirmação quanto à aplicabilidade do conceito. Mas não o sabemos. *É* o que queremos ver confirmado. Sem esse conhecimento, falta-nos a justificação para acreditar na afirmação de que o conceito se aplica. Pelo que P1 precisa de uma justificação. Um argumento com uma premissa injustificada não demonstra coisa alguma.

Assim, seja como for que compreendamos o «de» na primeira premissa, o primeiro passo desta versão do argumento ontológico a favor de um ser necessário parece mal sucedido.

Ao procurar uma resposta necessitarista para P, procuramos algo que exista necessariamente. Na versão do argumento ontológico que considerámos agora, a inferência a favor da existência necessária ocorre na segunda fase. Vimos que o raciocínio encontra dificuldades antes disso. Logo, não chegámos sequer perto da existência necessária. Devemos deter-nos brevemente numa versão que envolva a

existência necessária desde o começo.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Esta segunda versão é sugerida por algo do que Descartes diz nas suas *Respostas a Caterus*.

A nova versão começa por pressupor que a «natureza essencial» do ser maximamente perfeito inclui a existência necessária. A **natureza essencial** de algo é a combinação de atributos que a coisa tem de ter de modo a existir. Portanto, sejam quais forem os atributos que encontrarmos na natureza essencial de uma coisa, estes têm de a caracterizar independentemente das suas circunstâncias — incluindo as suas circunstâncias efectivas. Mais uma vez, o pressuposto afirma que a existência necessária é um dos atributos da natureza essencial do ser maximamente perfeito.

O outro pressuposto da nova versão torna explícita uma relação inevitável entre o facto de um atributo constar da natureza essencial de uma coisa e a posse do atributo por essa coisa. O pressuposto é que se a existência necessária está incluída na natureza de algo, então esse algo existe necessariamente. Ambas as premissas geram a conclusão de que o ser maximamente perfeito existe necessariamente.

### *Segundo Argumento Ontológico*

*Premissa 1:* A natureza essencial do ser maximamente perfeito inclui a existência necessária.

*Premissa 2:* Se a existência necessária está incluída na natureza essencial de um ser, esse ser existe necessariamente.

*Conclusão:* O ser maximamente perfeito existe necessariamente.

Uma vantagem desta versão é que a segunda premissa, P2, não é seriamente discutível. Se um ser tem a existência necessária na sua natureza, então tem existência necessária — não há dúvida quanto a isso.

A sustentação para a nova P1 deriva de alguma reflexão sobre a perfeição que nos é familiar. A ideia de base é que quando reflectimos sobre o que transita para as alturas mais sublimes da perfeição, um atributo que aí descobrimos é o de ter o mais impressionante tipo de existência, nomeadamente, a existência necessária. Tal reflexão é, ao que parece, a melhor defesa de P1.

As dificuldades do Segundo Argumento Ontológico também são conhecidas. A presente P1 inclui a expressão «a natureza essencial *de* um ser maximamente perfeito». Cá está aquele «de» novamente. A uma primeira leitura, esta expressão leva a premissa

a dizer, entre outras coisas, que o ser maximamente perfeito existe e tem uma natureza. Se o primeiro pressuposto diz isto, então destrói o argumento. O objectivo do argumento era demonstrar que um ser maximamente perfeito existe. Um argumento não pode demonstrar o que pressupõe que é verdade.

Por outro lado, P1 pode estar apenas a afirmar algo sobre um requisito para que um conceito tenha aplicação. Uma interpretação de P1 pode ser que há um conceito que se aplica a um ser maximamente perfeito, no caso de se aplicar a alguma coisa, e que para o conceito ter aplicação, o ser tem de ter uma natureza essencial que inclua a existência necessária. Tudo isso é plausível. Não pressupõe que um ser maximamente perfeito existe. Por isso, vamos ler P2 desse modo.

Surgem dificuldades que já conhecemos. Agora perdeu-se a ligação lógica necessária com a conclusão. A segunda premissa, P2, faz uma afirmação sobre «a natureza essencial que um ser tem». Pelo que, de modo a haver uma ligação entre P1 e a afirmação de P2, P1 tem de ser acerca de um ser que *tem* uma qualquer natureza. Contudo, tal como a entendemos, P1 não afirma que coisa alguma tem natureza alguma. Limita-se a especificar um critério para que um conceito tenha aplicação. Assim, as duas premissas não funcionam para gerar a conclusão.

Portanto, seja como for que compreendamos P1, o raciocínio não consegue demonstrar a existência de um ser necessário. Tentemos outra coisa.

### **Necessitarismo sem Deus**

Há uma resposta necessitarista à questão de saber por que razão existe algo que não requer algo tão sublime e maravilhoso como um ser maximamente perfeito. Qualquer ser necessário de qualquer tipo, por mais desinteressante que seja, serve. A realidade W inteiramente vazia mostrar-se-ia impossível. Há numerosos candidatos mais humildes ao estatuto de ser necessário.

Usemos a etiqueta «W\*» para uma realidade definitivamente *possível* que seja tão vazia quanto possível. Se é possível nada haver aí, então W\* é idêntica a W. Mas se algo mais é necessário para que W\* seja uma possibilidade genuína, então W\* inclui esse algo que a torna possível. O que se segue é uma nova razão necessitarista para pensar que W\* tem de conter algo, e portanto que W não é possível.

Como seriam as coisas em W\*? «Coisas» pode ser a palavra errada, porque W\* é o mais próximo possível do nada. Ainda assim, há uma situação factual em W\*. Um

facto acerca de  $W^*$  é que é tão vazio quanto o pode ser, por exemplo. Devemos reformular a nossa questão. O que seria verdade em  $W^*$ ? Bom, por exemplo,  $W^*$  seria desprovido de alces, pois nenhum alce é um ser necessário. Parece seguir-se que seria verdade que não há alces em  $W^*$ .

Porém, não são as verdades algo? Por exemplo, é uma verdade efectiva *que existem alces*. Ao dizer isto, parece que nos referimos a uma entidade que é aquela verdade particular. O termo filosófico canónico para este tipo de coisa é **proposição**. Se declaramos que existem alces, uma proposição é aquilo que afirmamos; se acreditamos que existem alces, acreditamos na mesma proposição. Qualquer verdade é uma proposição. E uma vez que a proposição de que existem alces é uma verdade, existe. Em geral, para se encontrar em qualquer condição, uma entidade tem de existir. Noutras realidades possíveis, em  $W^*$  por exemplo, a proposição altera-se. É falsa em  $W^*$ , porque aí não há alces. Como a proposição se encontra na condição de ser falsa aí, a proposição existe aí. Qualquer proposição ou é verdadeira ou é falsa em quaisquer condições possíveis. Portanto, se seguirmos esta linha acerca de proposições, podemos concluir que qualquer proposição é um ser necessário.

Assim, a realidade mínima possível  $W^*$  *não* é a absolutamente vazia  $W$ , porque  $W^*$  contém proposições. A resposta necessitarista geral à questão de por que razão a realidade não é absolutamente vazia é de que algumas coisas têm de existir. A presente versão do necessitarismo diz especificamente que têm de existir as verdades de cada realidade possível, e as falsidades também.

Foi realmente legítimo inferir a existência de  $W^*$  a partir da proposição de que não há alces? Não haveria alces, se  $W^*$  fosse o mundo efectivo. Isto é de facto verdade, e é-o acerca de  $W^*$ . Portanto, poderia seguir-se que esta proposição existe *efectivamente*. Mas por que razão tem de existir *também em  $W^*$*  a proposição de que não existem alces, ou qualquer outra proposição? Não haveria alces em  $W^*$ , mas como resulta precisamente daí que existiria em  $W^*$  uma entidade que é a substância da afirmação de que não existem alces? Dissemos que há uma situação factual em  $W^*$ . Talvez isso não seja inteiramente preciso. Talvez a verdade precisa seja a seguinte: aqui, no mundo efectivo, onde raciocinamos sobre  $W^*$ , existem factos acerca de como as coisas seriam em  $W^*$ . Mas se  $W^*$  fosse o mundo efectivo, não haveria situações factuais. Nada teria havido, nem sequer a verdade de que nada havia. Por que não pensar que  $W^*$  é afinal de contas a absolutamente vazia  $W$ ?

## Contingência Mínima

Existam ou não quaisquer seres necessários, falta considerar uma importante versão de P:

*PC*: Por que razão existe algo que não tem de existir?

A nossa realidade minimamente habitada,  $W^*$ , inclui seres necessários, se os há. Mas  $W^*$  nada inclui de **contingente**. Por outras palavras,  $W^*$  nada inclui que exista mas que não tenha de existir. No entanto, a situação actual é claramente povoada por coisas que não têm de existir: alces, luas, mesões-mu, pântanos e muito mais coisas. PC não pergunta por que razão existem *todas* as coisas reais particulares. (Essa é uma boa pergunta, mas diferente.) PC pergunta por que razão existe algo que *não é necessário*. PC pergunta por que razão existe qualquer contingência, qualquer coisa além do absoluto mínimo.

## A Explicação Antrópica

Uma explicação antrópica talvez nos ajudasse. As **explicações antrópicas** procuram dar conta de um fenómeno mostrando que esse fenómeno é necessário para que possamos existir e assim estar em condições de o investigar. Neste caso, a ideia seria algo como o seguinte: Qualquer realidade possível tem de conter muitas coisas contingentes, de modo a que possamos existir nessa realidade e fazer a pergunta PC. No mínimo, tem de nos conter a nós. Não somos seres necessários. Portanto, não admira que o mundo actual contenha coisas contingentes e não seja portanto a realidade minimamente habitada  $W^*$ .

É duvidoso que esta abordagem antrópica responda satisfatoriamente a PC. Dá-nos uma boa resposta, mas é a resposta a uma pergunta diferente. Suponhamos que era esta a nossa pergunta:

*PWC*: Por que razão o mundo em que existimos inclui coisas contingentes?

PWC toma por garantido que estamos no mundo, e pergunta por que razão há entre nós coisas contingentes. Se nos questionamos sobre isso, mostrar que nós mesmos somos contingentes parece uma resposta directa. Essa observação parece capaz de remover qualquer perplexidade perante o facto de uma realidade que nos inclui ter contingências.

Ao contrário de PWC, PC não pergunta o que nos acompanha no mundo efectivo. É verdade que, se não existissem coisas contingentes, então não existiríamos para fazer a pergunta PC. Mas PC pergunta pela nossa existência tanto quanto pergunta pela existência de qualquer outra coisa contingente. Quando fazemos a pergunta PC perguntamos por que razão existe de todo algo contingente. Uma resposta que se limite a identificar algo que é necessário para que existamos não responde a esta pergunta.

### **Explicação Divina**

Deus é aparentemente útil para responder a PC. Se Deus é um ser necessário, então é a nossa mínima realidade possível,  $W^*$ . Podemos supor que Deus tem o poder de criar coisas contingentes. Parece que a razão que Deus teria para criar coisas contingentes também explicaria por que razão essas coisas existem.

Mas também vimos que um Deus necessário dá origem a um problema de possibilidades perdidas. Neste caso, o problema consiste em saber que contingências poderia Deus criar. Em primeiro lugar, talvez sob quaisquer circunstâncias possíveis Deus tivesse exactamente as mesmas razões para criar, e Deus usaria também essas razões para decidir o que criar. Nesse caso, parece que Deus criaria sempre exactamente a mesma realidade. Estamos a supor que Deus é um ser necessário. Dado isto, só uma criação seria a realidade criada possível. Nem sequer seria contingente, uma vez que co-existiria com Deus na única combinação de circunstâncias possível.

Isto é um problema, porque seguramente parece haver muitas possibilidades contingentes diferentes. Por exemplo, há actualmente diversos colibris em diversos sítios. Se os seus *habitats* tivessem evoluído diferentemente, os colibris estariam mais ou menos distribuídos de outro modo. O que parece perfeitamente possível. Há inúmeras possibilidades análogas. Parece difícil acreditar que a aparente existência de possibilidades múltiplas é completamente enganadora.

Tentemos outra coisa. Suponha-se mais uma vez que existe um Deus necessário. Mas agora suponha-se que em diferentes realidades possíveis Deus tem diferentes razões para criar. Se tiver, essas diferenças permitem as diferentes contingências. Haveria os diferentes resultados possíveis criados, nenhum necessário.

Mas, então, as diferenças iniciais nas razões de Deus mostrar-se-iam afinal a origem das contingências. Todas as diferenças emanariam dessas variações nas razões de Deus. Supondo tudo isto, PC seria afinal: «Por que razão existem todas estas

variações nas razões de Deus?» Para responder a PC, teríamos de explicar por que razão Deus tem um qualquer conjunto em particular destas razões.

Há uma terceira alternativa um tanto melhor. Talvez as razões de Deus para criar deixem ligações entre criações possíveis. Isto é, pode haver realidades contingentes alternativas que sejam igualmente boas para cumprir os propósitos de Deus. As diferentes possibilidades derivam do poder de Deus escolher livremente entre estas alternativas. Em cada realidade alternativa diferente, Deus faz uma escolha livre diferente sobre qual destas criações irá efectivar.

A principal dificuldade com esta nova resposta é que só pode dar conta de um âmbito restrito de possibilidades. Recorde-se que faz parte desta explicação que Deus é um ser necessário. Pelo que não existe realidade possível sem Deus. As criações possíveis por Deus tal como as entendemos agora restringem drasticamente as possibilidades. Em todas as realidades possíveis as razões de Deus para criar são levadas a termo. No entanto, muitas outras coisas parecem ter sido possíveis. Por exemplo, todas as coisas seguintes parecem possíveis: realidades completamente desinteressantes e inanes destituídas de valor à luz de qualquer critério, realidades infelizes nas quais o mau sobreleva o bom, e realidades razoavelmente simpáticas nas quais a maior parte das vidas valem a pena, mas nenhuma é maravilhosa. Não é credível que estas alternativas cumprissem impecavelmente as razões que um Deus perfeito teria para criar. Assim, as escolhas livres de um Deus necessário rejeitariam todas estas possibilidades aparentes. Tais escolhas poderiam apenas explicar as contingências que cumprissem na perfeição propósitos perfeitos.

Como reconhecemos mais possibilidades do que essas, temos de continuar a procurar a sua explicação. Por outro lado, se Deus não é necessário, faz parte, quando muito, do presente problema e não da sua solução. Onde quer que Deus exista, é parte das contingências que procuramos explicar ao perguntar PC. E onde Deus não existe, não está lá para fazer escolhas que possam explicar as coisas contingentes.

### **Explicação Tendenciosa**

Se não Deus, que dizer da bondade? Consideremos a ideia que as coisas boas que podem existir têm uma tendência inata para existir. As coisas mais perfeitas possíveis têm uma maior tendência para existir do que as menos perfeitas. Quanto melhores são

em geral as coisas numa realidade possível, maior é a tendência dessa possibilidade de ser efectiva.<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Leibniz, um dos principais filósofos do século XVII, propôs algo neste sentido.

Várias coisas são credivelmente tidas como boas, incluindo boas acções, experiências agradáveis, beleza artística e relacionamentos gratificantes. Quando inspeccionamos os candidatos ao bem, torna-se claro que todos os candidatos razoáveis envolvem a existência de coisas contingentes, como pessoas e experiências. Por contraste, é evidente que a nossa realidade maximamente vazia  $W^*$  é completamente neutra quanto a valores.  $W^*$  é demasiado vácuca para ser remotamente boa. Portanto, nesta perspectiva,  $W^*$  dificilmente é possível. Não tem a propensão para existir que as melhores possibilidades têm. Assim, a nova explicação da razão pela qual existe algo além do conteúdo de  $W^*$  é que a existência efectiva de coisas boas contingentes manifesta a tendência intrínseca que as coisas boas possíveis têm para existir.

A ideia de que o bem tende a existir é reconfortante. Contudo, tem três aspectos problemáticos. O problema menos fundamental dessa ideia é que parece injustificadamente optimista. Por que razão têm as coisas *boas* esta tendência, em vez das coisas más ou neutras? Claro que qualquer pessoa decente acha o bem mais atraente que os outros dois, e assim as pessoas decentes tendem a produzir e a preservar o bem. Mas isto não pode explicar de modo algum por que razão há coisas contingentes. A ideia é que há uma tendência para existir que cada coisa boa possível tem em si, sem a assistência de pessoas previamente existentes que as valorizem. A alegada tendência das coisas boas para existir precisa de alguma defesa.

Esse problema não é fundamental, porque existe uma explicação igualmente satisfatória das coisas contingentes que não tem este preconceito favorável ao bem. Poder-se-ia alegar que todas as coisas contingentes, boas, más ou indiferentes, têm propensão a existir. Isto forneceria o núcleo do mesmo tipo de explicação. Mais uma vez,  $W^*$  dificilmente é possível, ao passo que o mundo actual exhibe inúmeras manifestações da tendência para a existência de coisas contingentes.

Um segundo problema mais básico nesta ideia é a obscuridade da tendência relevante. O nosso entendimento das tendências parece requerer que estas são o que as coisas existentes têm e explicam. Por exemplo, as coisas frágeis têm tendência para se partir. O partir não existe ainda e pode nunca existir. Algumas coisas frágeis nunca se

partem. Mas todas as coisas que *têm* esta tendência existem, e a tendência explica-se pela estrutura e ambiente que estas coisas têm de facto. O que tem tendências pode ser notavelmente oco. A Física recente afirma a tendência para se formarem partículas no espaço vazio. Mas se é verdade, esta é uma tendência de algo efectivo, o espaço, e explica-se por algo efectivo, as leis da Física. É muito estranho que algo meramente possível, e que não existe, tenha tendências.

Esta obscuridade é parte de um problema mais vasto. Ter tendência para existir é ter uma certa característica. Contudo, a explicação atribui esta característica a coisas que apenas *poderiam ter existido*. É difícil compreender a ideia de que meras possibilidades tenham quaisquer características. Podemos compreender como várias especificações *poderiam* especificar coisas com certas características *se* essas especificações fossem realizadas. Temos muito mais dificuldade com a ideia de que uma alegada entidade, embora não seja real, consiga ainda assim ter a característica de tender a existir. *O que* tem esta característica? Uma coisa irreal? Não é a expressão «uma coisa irreal» como a expressão «um pato falso»? Tal como os patos falsos não são realmente patos, tão-pouco as coisas irreais são coisas. Não existem tais coisas! E se não há tais coisas, então tais coisas não existem de modo a terem quaisquer tendências.

Mesmo que conseguíssemos compreender a ideia de que algumas contingências possíveis têm tendência para existir, restaria um tipo diferente de problema fundamental nesta perspectiva. Que razões temos para pensar que alguma destas afirmações sobre tendências é verdadeira? Compare-se esta afirmação de que as contingências tendem a existir com a afirmação oposta. Poderia alegar-se que *é difícil* chegar a existir. Poder-se-ia afirmar que todas as coisas contingentes tendem a *não* existir, ao passo que a «vacuidade fácil» de  $W^*$  tenderia fortemente a ser realizada. Esta perspectiva concluiria que o mundo efectivo contém contingências por um acaso feliz. A existência de contingências iria contra a tendência entre as possibilidades.

Esta hipótese contrária não parece menos credível do que a outra. O facto problemático para qualquer explicação em termos de tendências é que não temos qualquer razão para acreditar em semelhante tendência.

### **Explicação Estatística**

Eis uma ideia final sobre por que razão existe algo real que não tem de existir. Como vimos repetidamente, é plausível a possibilidade de diferentes contingências.

Algumas realidades aparentemente possíveis contêm vida e outras não; algumas são regidas por leis da natureza e outras não; algumas contêm coisas boas e outras não; algumas contêm apenas os tipos de coisas em que já pensámos e outras não. É plausível que haja uma infinidade destas possibilidades.

A nossa possibilidade mínima  $W^*$  é obviamente uma possibilidade. Mas há razões convincentes para pensar que  $W^*$  é única de um modo significativo. Afinal, parece efectivamente que a realidade poderia não ter todas as coisas contingentes. Assim,  $W^*$  inclui apenas aquilo que tem de ser, se há tais coisas. Além disso, o que tem de ser não varia. Não há multiplicidade de realidades alternativas, cada qual incluindo apenas coisas necessárias, mas sem as conter todas. Se uma coisa é verdadeiramente necessária, está incluída em absolutamente todas as realidades possíveis. Assim,  $W^*$  tem de conter todos os seres necessários (se os há), e só seres necessários. Além disso, nenhuma mudança é necessária. Portanto, quaisquer seres necessários que existam em  $W^*$  não mudam, simplesmente estão lá.

Se tudo isto estiver correcto quanto a  $W^*$ , então tem de haver apenas uma realidade alternativa mínima. Não há maneira de duas realidades possíveis conterem os seres necessários imutáveis, e nada mais. Não haveria qualquer diferença entre as duas realidades, pelo que haveria apenas uma possibilidade e não duas.  $W^*$  é a única realidade mínima possível.

Assim, parece claro que há infinitas realidades possíveis com várias contingências, e apenas uma realidade possível sem quaisquer contingências. Cada realidade alternativa é inteiramente possível. Cada uma delas poderia ter sido o mundo efectivo. Mas agora dividimos o âmbito das possibilidades entre aquelas que têm pelo menos uma coisa contingente e as que não têm. Isto gera infinitas possibilidades diferentes de um lado e uma única possibilidade do outro. Desta perspectiva, podemos ver que alguma contingência estava *quase* condenada a existir. A presença de alguma contingência foi o mais próximo do inevitável. Se a única realidade alternativa sem contingências tivesse sido o mundo efectivo, tal coincidência teria sido um acaso feliz das mais gigantescas proporções.

Recordemos PM:

*PM:* Por que razão a realidade tem algo mais do que a vazia  $W$ ?

O presente tipo de resposta estatística responde a PM tanto quanto responde a PC. Se não há seres necessários,  $W^*$  é a vazia  $W$ . Nesse caso,  $W$  é a única realidade

alternativa sem coisas contingentes. E, mais uma vez, existir algo contingente era praticamente inevitável.

Estas observações não explicam completamente por que razão existe algo contingente.  $W^*$  permanece uma possibilidade. Não vimos uma razão conclusiva pela qual a possibilidade mínima não se tenha realizado. O que podemos ter visto é por que razão foi *quase* necessário que algo mais existisse.

## **Conclusão**

Vimos várias respostas possíveis às duas perguntas principais:

*PM*: Por que razão há mais na realidade do que a vazia  $W$ ?

*PC*: Por que razão há algo que não tem de existir?

Nenhuma das respostas é completamente satisfatória. A resposta estatística não diz exactamente por que razão a maximamente mínima possibilidade  $W^*$  acabou por não se efectivar. Porém, talvez esta seja a melhor resposta que podemos obter. Pensamos que inúmeras realidades alternativas poderiam ter-se efectivado, sendo uma delas  $W^*$ . Se sim, então não pode haver uma razão invencível pela qual cada uma delas não veio a ser a realidade efectiva. Todas tiveram uma oportunidade.

## **Leitura complementar**

Três ensaios que valem a pena como leitura complementar são «On Explaining Existence», de Nicholas Rescher, «Why is Reality as it is?», de Derek Parfit, e «Why is there Something rather than Nothing?», de Robert Nozick. (O artigo de Derek Parfit ocupa-se da questão de tudo ser do modo como é, que difere da nossa questão de saber por que razão existe coisa alguma, embora o artigo de Parfit inclua a nossa questão.) Estes ensaios estão convenientemente compilados na primeira secção, «Existence», da antologia de Steven D. Hales, *Metaphysics: Contemporary Readings* (Wadsworth, 1999).